



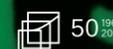
Eda Castro Lucas de Souza

Doutora em sociologia pela Universidade de Brasília e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. É professora associada da Universidade de Brasília, atuando no Programa de Pós-Graduação em Administração. Foi professora da Faculdade de Educação. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq. edalucas@gmail.com



Remi Castioni

Doutor em educação pela Unicamp. É professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - NEPET. Pesquisador associado do Centro de Pesquisas de Opinião Pública **DATAUnB**. rcastioni@globo.com



Eda Castro Lucas de Souza
Remi Castioni (organizadores)

Institutos Federais: os desafios da institucionalização

Institutos Federais: os desafios da institucionalização

Eda Castro Lucas de Souza
Remi Castioni
(organizadores)

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, reorganizada em 2008 (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), agrupou em 38 unidades centrais os chamados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, uma variedade de instituições espalhadas e vinculadas a centros federais, a universidades, a escolas isoladas. Os Institutos Federais surgem para responder a demandas imediatas da sociedade brasileira por acesso ao conhecimento e condições para enfrentar o mundo do trabalho, bem como desempenhar um papel importante na construção de um projeto de desenvolvimento que articule educação superior, básica e profissional, de forma pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica.

Essa nova estrutura organizacional se impôs vários desafios: a ampliação do acesso à educação profissional de nível técnico; a graduação tecnológica, por meio de cursos superiores de tecnologia; os bacharelados; as licenciaturas; e a pós-graduação, além da pesquisa e da extensão tecnológica.



Institutos Federais: os desafios da institucionalização

Institutos Federais: os desafios da institucionalização

Eda Castro Lucas de Souza
Remi Castioni
(organizadores)

Institutos Federais

Os desafios da institucionalização

Eda Castro Lucas de Souza
Remi Castioni
(Org.)



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA

Reitor

Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitora

Sônia Nair Bão

EDITORA



UnB

Diretora

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Conselho Editorial

Angélica Madeira

Deborah Silva Santos

Denise Imbroisi

José Carlos Córdova Coutinho

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino – *Pres.*

Neide Aparecida Gomes

Roberto Armando Ramos de Aguiar

Institutos Federais

Os desafios da institucionalização

Eda Castro Lucas de Souza
Remi Castioni
(Org.)



Universidade de Brasília



50¹⁹⁶²₂₀₁₂

© 2012 Editora Universidade de Brasília.
Todos os direitos reservados.

Tiragem: 1ª edição – 2012 – 500 exemplares

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa promulgado pelo Decreto n. 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Coordenação Editorial

Fabiana Paranhos

Revisão de Língua Portuguesa

Ana Terra Mejia Munhoz

Estagiário

João Gabriell Moraes de Sousa dos Santos

Arte da Capa

Marcelo da Silva Castro

Capa

Eloísa de Moura Alves

Editoração Eletrônica e Layout

João Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I59 Institutos Federais : os desafios da institucionalização / Eda Castro Lucas de Souza, Remi Castioni (Orgs.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2012.
224 p. ; 2 cm.

ISBN 978-85-230-1065-2

1. Educação profissional. 2. Institutos Federais. 3. Capital social. 4. Desenvolvimento regional.
5. Ensino Médio. I. Souza, Eda Castro Lucas de (org.). II. Castioni, Remi (org.).

CDU 377(81)

Todos os direitos reservados à Editora Universidade de Brasília
SCS, Quadra 02, Ed. OK, Bloco C, n. 78 – CEP 70.302-907 – Brasília-DF
Fone: 55 (61) 3035.4211
www.editora.unb.br

Impresso no Brasil.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	13
CAPITAL SOCIAL, TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESAFIOS PARA OS INSTITUTOS FEDERAIS	17
<i>Remi Castioni</i>	
<i>Ricardo Feitosa de Carvalho</i>	
O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	45
<i>Remi Castioni</i>	
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE: PRÁTICAS SOCIAIS COMO MANIFESTAÇÕES CULTURAIS — UM ESTUDO DO CAMPUS SAPUCAIA DO SUL	57
<i>Tatiana Fátima Stürmer da Rosa</i>	
<i>Eda Castro Lucas de Souza</i>	
<i>Denise Del Prá Netto Machado</i>	
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA: MUDANÇAS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	87
<i>Maria Gildivane Soares da Silva</i>	
<i>Eda Castro Lucas de Souza</i>	
<i>Denise Del Prá Netto Machado</i>	

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SEUS IMPACTOS NA OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS: UM OLHAR A PARTIR DO INSTITUTO FEDERAL SUDESTE – CAMPUS RIO POMBA	113
<i>Carla Patricia Garcia</i>	
O PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS: UMA ANÁLISE SOBRE OS FATORES DE PERMANÊNCIA DOS JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA	137
<i>Josué Vidal Pereira</i>	
A FORMAÇÃO TÉCNICA NOS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESAFIO DA INSERÇÃO LOCAL E REGIONAL NO NORTE DE MINAS GERAIS	167
<i>Crislene Leal da Silva Vieira</i>	
OS DESAFIOS DE PENSAR O TERRITÓRIO NO EXTREMO SUL CATARINENSE A PARTIR DO PAPEL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	191
<i>Fernando Dilmar Bitencourt</i>	
SOBRE OS AUTORES	217

INTRODUÇÃO

O século XXI caracteriza-se por demandas, sem precedentes, por educação e pela conscientização de sua importância para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, a educação técnica profissional vive um verdadeiro turbilhão ao enfrentar os desafios advindos de sua expansão e das rápidas inovações provocadas pelas tecnologias de informação e comunicação. O processo de expansão que vem acontecendo desde 2007, iniciado pela Rede Federal, mas que também está impulsionando outras instituições atuantes na educação profissional, é substancial e irreversível. Enquanto, em cem anos, 140 escolas foram construídas, a meta atual é de, em menos de uma década, chegar a mais de 500, devendo atingir um total de 562 escolas para mais de 600 mil alunos. Trata-se de uma expansão significativa para uma rede que nunca atendera, em sua trajetória, mais do que uma centena de milhar de alunos. Assim, essas organizações estão se constituindo em alavancas para o desenvolvimento local e regional.

Em 2006, a primeira fase desse processo de expansão implantou escolas federais de formação profissional e tecnológica em vários estados, com o intuito de fornecer cursos articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho. Em 2007, uma

nova fase de expansão veio com a meta de implantar 150 unidades, abrindo 180 mil vagas para a educação profissional e tecnológica.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, reorganizada em 2008 (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), agrupou em 38 unidades centrais os chamados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, uma variedade de instituições espalhadas e vinculadas a centros federais, a universidades, a escolas isoladas. Os Institutos Federais surgem para responder a demandas imediatas da sociedade brasileira por acesso ao conhecimento e condições para enfrentar o mundo do trabalho, bem como desempenhar um papel importante na construção de um projeto de desenvolvimento que articule educação superior, básica e profissional, de forma pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica.

Essa nova estrutura institucional se impôs vários desafios: a ampliação do acesso à educação profissional de nível técnico; a graduação tecnológica, por meio de cursos superiores de tecnologia; os bacharelados; as licenciaturas; e a pós-graduação, além da pesquisa e da extensão tecnológica.

A importância que essa nova estrutura institucional da educação profissional assumiu na agenda da sociedade brasileira pode ser dimensionada pelo orçamento no âmbito do Ministério da Educação (MEC). Com a criação dos Institutos Federais, a função programática Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, que era da ordem de R\$ 1,2 bilhão, em 2003, passou para R\$ 2,3 bilhões, em 2009, e atingiu, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, a marca de R\$ 5,040 bilhões. A participação da educação profissional no orçamento do MEC em 2012 aproxima-se dos 8% do total do ministério. Em 2003, essa participação era de 6%, representando um crescimento de 30%. A reorganização em torno dos 38 institutos contou com recursos significativos e foi

expandida para o interior do país com amplo apoio do Congresso Nacional e com determinação do MEC.

A grandiosidade de todo esse movimento em torno dos diferentes níveis de ensino técnico e tecnológico justifica este livro, que deriva de pesquisas conduzidas nos últimos anos no bojo do Projeto Gestor, desenvolvido pelo MEC em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (PPGE/FE–UnB). Com o Projeto Gestor, criado com a missão de enfrentar os desafios oriundos da estruturação dos Institutos Federais, foram ofertados cursos de formação continuada, inicialmente para oitenta de seus gestores, com o decisivo apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC. Essa ação permitiu trazer para a academia um olhar mais aprofundado sobre a contribuição da educação profissional.

O livro se divide em três partes complementares. A primeira apresenta uma das dimensões a serem enfrentadas pelos Institutos Federais, ou seja, a formação do capital social nos territórios. Essa parte vai além do que é definido pela cartografia, passando pela construção de relações de reciprocidade e interpessoais, que suplantam as divisões municipais. Em muitos dos territórios onde essas instituições estão se estabelecendo, as relações sociais definem a dinâmica ou determinam os entraves para o desenvolvimento econômico, o que se constitui em desafios para a atuação dos Institutos Federais.

A segunda parte privilegia a análise da cultura dos Institutos Federais de diferentes regiões brasileiras, em uma perspectiva histórica e comparativa, principalmente no que diz respeito à continuidade das práticas organizacionais originárias das Escolas Técnicas e às mudanças dessas práticas vindas com o novo modelo organizacional. A reflexão proposta apoia-se na percepção de atores

sociais, que possibilitam identificar as manifestações culturais do processo de gestão dessas organizações.

Na última parte, quatro capítulos discutem mudanças da legislação na educação profissional e o desenvolvimento dos cursos. Além de apresentarem as bases em que essas mudanças ocorreram, as relações do ensino médio com o técnico mostram como os Institutos Federais lidam com novos públicos, como a população de EJA (educação de jovens e adultos). Os dois textos finais abordam como a formação de técnicos para o meio rural está se processando no interior dos Institutos Federais e o desafio de pensar uma nova formação para o meio rural, para onde boa parte dessas instituições está se direcionando.

O livro apresenta as mudanças e agitações que aconteceram ao longo da trajetória das Escolas Técnicas. Os capítulos constituem a contribuição de seus autores para a reflexão sobre o tema do ensino profissional técnico e tecnológico, propondo um quadro de referências para a análise da transição entre o sistema tradicional e o novo modelo de gestão imposto pelos Institutos Federais.

Os organizadores deste livro pretenderam reunir material significativo para uma ampla reflexão em torno de um tema que não pode mais ser deixado em segundo plano, pela sua importância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil: a educação profissional técnica e tecnológica.

Boa leitura!

Os organizadores